

Presidência da República  
 Gabinete do Presidente  
 Nº de Processo 324390  
 Classificação  
 Data 09/08/14  
 25103.02



**PCP**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª )  
 PERGUNTA Número 4036 / x ( 4ª )

Expeça-se
Publique-se
<u>18 108 12009</u>
Q Secretário da Mesa <u>McCorreia</u>

Assunto: **Consequências para PME das operações (bancárias) "swap de taxas de juro"**.

Destinatário: **Ministro**

**da Economia e Inovação**  
 Sua Secretária da Mesa  
17.8.09 *N*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Diversas pequenas empresas e associações empresariais vêm demonstrando enorme preocupação pelas consequências em curso das operações "swap de taxas de juro", realizadas entre entidades bancárias e pequenas empresas.

Há cerca de dois anos atrás os bancos privados começaram a massificar as operações "swap de taxas de juro" nas PME. Para tal «impingiram» estas operações aos clientes prometendo que as mesmas nunca entrariam em fluxos negativos (isto é, no pagamento de avultadas quantias aos bancos), justificando que os bancos controlam o processo e nunca deixariam que os clientes perdessem dinheiro. Asseguraram mesmo que em caso de variação da *euribor* no sentido descendente não haveria problemas porque o Banco estaria atento e nunca permitiria que, do saldo desta operação, resultasse montante a pagar ao Banco. Estas operações foram comercializadas por diversos bancos como sendo operações para reduzir os encargos financeiros e altamente benéficas para os clientes. Estas foram promessas efectuadas por gestores de conta, gerentes de balcão, directores comerciais e de altos directores bancários, que hoje não negam essas promessas, o que significa que não actuaram à revelia do banco.

Mas agora os bancos não resolvem a situação nem demonstram disponibilidade para negociar.

A concretizarem-se as ameaças anunciadas pela banca, negando tudo o que tinham dito, tal significaria mais um sério abalo na situação económico-financeira das pequenas empresas, que

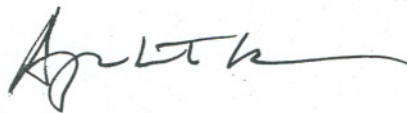
terão de pagar dezenas de milhares de euros à Banca, estando já a braços com problemas de encomendas e com tesourarias fragilizadas.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro das Finanças e da Administração Pública e da Economia e Inovação me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação tem o Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Economia e Inovação da situação?
2. Que medidas estão tomadas junto do sector bancário para atenuar os possíveis impactos de tais exigências às empresas?
3. Como avalia o Governo a contradição entre a propaganda feita pelo sector financeiro para vender as operações swap e as exigências feitas hoje?

Palácio de S. Bento, 13 de Agosto de 2009

Deputado,



Agostinho Lopes